



Interseccionalidade na Psicoterapia: Fatores Críticos e Desafios no Atendimento a Homens Negros Gays

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto¹; Janine Kieling Monteiro²

Resumo: Este estudo investigou os fatores críticos no atendimento psicoterapêutico de homens negros gays. Realizou-se uma pesquisa qualitativa e exploratória com quatro psicoterapeutas de Rondônia, utilizando o Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia para análise das entrevistas. Identificaram-se quatro fatores principais: Consciência Interseccional da Opressão (CIO), Desafios da Prática Interseccional (DPI), Perspectiva Interseccional Dinâmica (PID) e Dissonância Identitária Psicoterapêutica (DIP). Conclui-se que compreender e integrar esses fatores críticos pode prevenir erros e aumentar a eficácia do atendimento. Tais fatores podem contribuir com a formação de psicoterapeutas, a partir de clara adoção da interseccionalidade com clientela multiidentitária minorizada. Sugere-se que futuros estudos devem avaliar a aplicação desses fatores em outras configurações interseccionais e investigar criticamente o atendimento a diversas populações sujeitas a várias formas de opressão.

Palavras-Chave: Fatores críticos na psicoterapia; Interseccionalidade; Raça; Sexualidade; Psicoterapia.

Intersectionality in Psychotherapy: Critical Factors and Challenges in Serving Gay Black Men

Abstract: This study investigated the critical factors in the psychotherapeutic care of gay Black men. A qualitative and exploratory research was conducted with four psychotherapists from Rondônia, utilizing the Phenomenological Method of Investigation in Psychology for the analysis of the interviews. Four main factors were identified: Intersectional Awareness of Oppression (IAO), Challenges of Intersectional Practice (CIP), Dynamic Intersectional Perspective (DIP), and Psychotherapeutic Identity

¹ Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (Facimed). Analista Processual em Psicologia no Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) e Docente na Pós-Graduação em Direito para Carreira da Magistratura na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON). Pesquisador em raça, diversidade, gênero, colonialidade/decolonialidade, Direitos da Natureza e Amazonidades, e autor do livro “Colonialidade Normativa”. Autor correspondente: leandro_afonseca@hotmail.com;

² Doutora em Psicologia, Mestre e graduada em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2009. Vinculada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), desde 2000, é Professora Titular nos cursos de Psicologia, Direito e Administração, e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Gestão e Negócios. Coordena o LABORClínica. Participa do Grupo de Pesquisa em Liderança e Gestão de Pessoas na Unisinos e atua como consultora de empresas em Gestão de Pessoas. janinekm@unisinos.br.

Dissonance (PID). It concludes that understanding and integrating these critical factors can prevent errors and enhance the effectiveness of care. These factors can contribute to the training of psychotherapists, through a clear adoption of intersectionality with multi-identity marginalized clientele. It is suggested that future studies should evaluate the application of these factors in other intersectional settings and critically investigate care for diverse populations subjected to various forms of oppression.

Keywords: Critical factors in psychotherapy; Intersectionality; Race; Sexuality; Psychotherapy

Introdução

Em nossa sociedade, diversas manifestações de opressão, como racismo, machismo, heteronormatividade e dominação geopolítica, estão presentes. Essas estruturas podem interagir sinergicamente, resultando em vivências únicas de violência e resiliência para aqueles que enfrentam múltiplas formas de opressão (Crenshaw, 1989). Para a psicologia clínica³, atender a essas pessoas, pode ser desafiador, pois requer uma ampla compreensão das interseções entre raça, sexualidade e identidade de gênero.

Este artigo teve como objetivo conhecer as percepções de psicoterapeutas sobre os fatores críticos no atendimento a homens negros gays. O estudo adotou uma abordagem interseccional dada sua relevância em análises de fenômenos decorrentes das associações entre vários sistemas opressivos.

A interseccionalidade, proposta por Crenshaw (1989), analisa como diferentes formas de discriminação interagem, criando experiências únicas de marginalização. Na saúde mental, pesquisas brasileiras sobre aspectos psicológicos de pessoas com múltiplos marcadores de opressão ainda são escassas (Missiatto; Monteiro, 2022), contudo, estudos internacionais apontam para maiores prejuízos psicológicos destes grupos sociais (Ferguson; Miville, 2017).

Estudos nos EUA pessoas negras LGBTQs⁴ apresentam mais sofrimento psicológico que seus pares brancos ou heterossexuais (Pachankis *et al.*, 2020). Meyer (2003) identificou maior exposição ao estresse relacionado à discriminação em indivíduos de grupos sociais

³ Neste estudo, a psicologia clínica refere-se ao atendimento psicoterapêutico oferecido por profissionais a clientes em busca de auxílio psicológico (Norcross; Lambert, 2018). A psicoterapia é definida como uma prática especializada que visa promover mudanças positivas em comportamentos, pensamentos, emoções e aspectos da personalidade, de acordo com as necessidades e objetivos do cliente, com base em teorias psicológicas e técnicas validadas (Norcross; Lambert, 2018).

⁴ A sigla LGBTQIAPN+ engloba a diversidade das orientações sexuais e identidades de gênero. Historicamente, essa sigla tem evoluído para refletir o reconhecimento de novas identidades e orientações sexuais. Cada letra representa um grupo específico: (L) lésbicas, (G) gays, (B) bissexuais, (T) transexuais, (Q) queer, (I) intersexuais, (A) assexuais, (P) pansexuais, (N) não-binárias, e o sinal (+) abarca outras identidades e orientações não mencionadas anteriormente. No presente artigo, adotaremos a sigla LGBTQIAPN+, todavia, ao fazer referência a fontes externas, manteremos a sigla original utilizada, como, por exemplo: LGBT, LGBT+, entre outras.

minorizados. Ingram *et al.* (2019) constataram elevados níveis de sofrimento psicológico em jovens negros LGBT. No Brasil, Gomes (2022) reforçou esses achados, destacando desafios em saúde mental relacionados à interseção de racismo, homofobia e questões socioeconômicas.

Estes estudos atestam que pessoas com múltiplas identidades minorizadas apresentam significativos prejuízos em saúde mental, contudo, quando buscam por atendimento especializado, frequentemente enfrentam o despreparo de psicoterapeutas para lidar com contextos interseccionais (Sue *et al.*, 2012). Sem habilidades adequadas, muitos profissionais recorrem a modelos tradicionais, focando em análises e intervenções individualizadas das desigualdades (Anders *et al.*, 2021).

O uso de modelos teóricos tradicionais na clínica psicológica tende a ser insuficiente ao atendimento de pessoas com identidades minorizadas interseccionadas (Sue *et al.*, 2022). Esses modelos frequentemente compartilham elementos da cultura eurocêntrica e não consideram adequadamente as experiências e sofrimentos de grupos socialmente minorizados (Ivey *et al.*, 2014). Além disso, essas teorias psicológicas têm origem predominantemente na classe média, fazendo com que seus valores, crenças e técnicas reflitam principalmente as experiências de pessoas com privilégio social (Smith; Redington, 2010).

Consequentemente, clientes de grupos socialmente minorizados podem não se beneficiar plenamente das abordagens psicológicas convencionais (Smith; Redington, 2010). Essa disparidade ressalta a necessidade de adaptar as práticas psicoterapêuticas para atender de forma mais inclusiva às necessidades de uma clientela diversificada (Sue *et al.*, 2022).

Pesquisas apontam que a dificuldade das(os) psicoterapeutas em utilizar métodos interseccionais decorre da falta dessa abordagem na formação acadêmica. Nadal *et al.* (2011) alertam que profissionais sem formação interseccional em raça e sexualidade podem subestimar esses elementos na avaliação clínica, resultando em intervenções menos eficazes e insensíveis.

Hankivsky (2014) aponta que os currículos de graduação em Psicologia geralmente não integram adequadamente a interseccionalidade, deixando futuros psicólogos despreparados para atender às necessidades complexas de populações diversas. Esta evidência foi identificada no estudo conduzido por Denes *et al.* (2021) no estado de Rondônia. A pesquisa analisou os projetos político-pedagógico de curso de graduação em Psicologia e constatou que dos doze projetos analisados, apenas um contemplava estudos de ordem racial e sexual, contudo, sem perspectiva interseccional.

A formação precária em interseccionalidade é agravada pela escassez de estudos específicos sobre o tema na psicologia clínica (Missiatto; Monteiro, 2022). Collins e Bilge (2016) notam que a interseccionalidade é frequentemente negligenciada em pesquisas acadêmicas, resultando em uma compreensão limitada das experiências de pessoas que enfrentam formas múltiplas de discriminação.

Ao desconhecerem as dinâmicas das interseções de identidade minorizadas, psicólogas(os) tendem a subestimar seu impacto no processo psicoterapêutico (Constantine, 2007). Muitas(os) profissionais subestimam como suas próprias identidades raciais e sexuais influenciam a dinâmica psicoterapêutica, ignorando ou minimizando as experiências de discriminação das(os) clientes, comprometendo a eficácia da psicoterapia (Constantine, 2007). Os padrões de privilégio de gênero, sexualidade e raça da(o) psicoterapeuta não-negro e não-LGBTQIAPN+ podem influenciar significativamente a dinâmica psicoterapêutica, dificultando a criação de um vínculo satisfatório (PettyJohn *et al.*, 2020).

Há indicativos de que indivíduos historicamente oprimidos podem ter experiências traumáticas reativadas durante a psicoterapia ao se depararem com marcadores sociais hegemônicos presentes nas identidades de suas(eus) psicoterapeutas (Addison; Coolhart, 2015). Logo, abordar sensivelmente na psicoterapia com pessoas minorizadas, as próprias identidades das(os) psicoterapeutas, é crucial, pois, caso contrário, há o risco de perpetuar ou exacerbar traumas (PettyJohn *et al.*, 2020).

Estes elementos evidenciam a necessidade de psicoterapeutas desenvolverem habilidades para atender pessoas com identidades minorizadas interseccionadas. Para tanto, é importante que considerem os “fatores críticos” associados neste tipo de atendimento clínico. Neste estudo, chamamos de “fatores críticos” os aspectos determinantes na psicoterapia de homens negros gays, que podem potencializar ou comprometer a efetividade do processo. A análise desses fatores visa compreender como eles moldam a experiência psicoterapêutica deste grupo, favorecendo ou prejudicando seu processo na clínica.

Metodologia

Esta pesquisa – qualitativa, transversal e exploratória –, foi conduzida com psicoterapeutas de Rondônia, selecionados por atuarem no Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região e por terem experiência no atendimento a homens negros gays. A participação foi

recrutada por meio da técnica de bola de neve (Vinuto, 2014). Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, focado nas experiências vividas, entre abril e dezembro de 2023.

Os procedimentos incluíram um convite para participação, preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), coleta de dados socioeconômicos e entrevistas gravadas e transcritas (protocolos) via *Teams*, com duração média de 50 minutos. As transcrições foram verificadas quanto à consistência com as gravações.

A análise dos protocolos seguiu o Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia (MFIP), conforme Giorgi (2009), passando por quatro etapas: leitura inicial, segmentação e codificação, transformação das unidades de significado e síntese descritiva. A validação dos resultados ocorreu por meio de questionários, com dois psicólogos, voluntários, especialistas no método que avaliaram a aplicação do MFIP.

Cuidados éticos garantiram a confidencialidade e o anonimato dos participantes, e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unisinos (CAAE: 67423523.3.0000.5344).

Resultados

Participaram da pesquisa quatro psicoterapeutas de Rondônia: dois na capital, Porto Velho, e dois no interior. Eram dois homens e duas mulheres, com idade média de 35,7 anos. Todos tinham mais de quatro anos de formação e atuação na psicologia clínica. Das abordagens, dois utilizavam psicanálise, um, psicologia analítica e um, terapia cognitiva comportamental. Três possuíam mestrado e um, especialização na área.

Quanto à raça e identidade sexual, todos se declararam cisgêneros: três eram brancos e um pardo, três, heterossexuais, um não respondeu à questão da orientação. Em relação à religiosidade, um era evangélico, um luterano, um espírita e um sem religião. Nenhum apresentava deficiências. Todos trabalhavam acima de 30 horas semanais; dois apenas no setor privado e dois nos setores privado e público. Todos relataram renda média mensal acima de quatro mil reais. Os resultados sobre as experiências dessas(es) psicólogas(os) no atendimento a homens negros gays estão apresentados na tabela 1. Os sentidos encontrados dão suporte para formulação dos fatores críticos na psicoterapia de homens negros gays.

Os sentidos comuns referem-se às significações compartilhadas que as pessoas atribuem a suas experiências, moldadas pela cultura, contexto social e interações (Giorgi, 2009). Na

pesquisa fenomenológica, identificá-los ajuda a entender como as pessoas interpretam suas vivências. Por outro lado, os aspectos estruturantes são as relações e a organização dos elementos da experiência, mostrando como se interconectam para formar um significado coeso (Giorgi, 2009). Eles permitem uma análise mais profunda, ajudando a(o) pesquisador(a) a identificar padrões e características fundamentais a partir dos dados coletados.

Tabela 2 - Síntese das Essências e Estruturas Descritivas das Experiências de Psicoterapeutas no Atendimento Clínico de Homens Negros Gays

Aspectos essenciais comuns	Significado
Modelos teóricos	Crença na capacidade de os modelos teóricos tradicionais serem suficientes para tratar da interseccionalidade sexual e racial dos clientes.
Impacto da violência e discriminação	A violência e discriminação contínuas por orientação sexual e raça impactam significativamente a saúde mental, exacerbando o sofrimento psíquico.
Falta de clareza do uso de uma abordagem interseccional	Não há clareza sobre as intervenções psicológicas com clientes que interseccionam várias identidades minorizadas.
Impacto do gênero e raça dos psicoterapeutas	Crença que a sexualidade e raça do psicólogo não impactam significativamente no atendimento clínico.
Saliência de identidade	Acreditam que homens negros gays tem consciência conjunta, indissociada de raça e sexualidade.

Aspectos estruturais comuns	Significado
Adesão a modelos teóricos específicos	Prática clínica estruturada em torno de modelos teóricos tradicionais.
Cultura da violência e discriminação	Padrões culturais de racismo e homofobia geram impactos psicológicos em homens negros gays.
Ausência de estudos sobre a interseccionalidade de identidades	A falta de materiais sobre identidades interseccionais e a abordagem inadequada na graduação impactam o exercício clínico ao focar em teorias tradicionais e levar a uma compreensão errônea das identidades dos clientes, fazendo crer que essas não influenciam a psicoterapia.

Fonte: Dados do estudo.

Discussão

Este estudo investigou a percepção de psicoterapeutas sobre o atendimento psicológico prestado a homens negros gays. O objetivo foi identificar os fatores críticos para o atendimento dessa clientela.

Reconhecimento do impacto da violência e discriminação

As análises dos sentidos e estruturas comuns das experiências das(os) psicoterapeutas no atendimento de homens negros gays, indicam que as(os) psicoterapeutas reconhecem que a constante violência e discriminação enfrentadas por homens negros gays impactam significativamente em sua saúde mental.

“Os pacientes apresentavam experiências de discriminação, de preconceito, alguns enfrentamentos, alguns embates. Todos eles apresentavam transtornos, comorbidade. Muitas vezes relacionados a traumas” (Participante, 37 anos).

“Ele não falava exatamente sobre a questão racial, mas a rejeição que ele sentia estava relacionada a isso” (Participante, 31 anos).

O reconhecimento por parte das(os) psicólogas(os) de que as múltiplas formas de violência racial e sexual afetam a integridade psicológica dessa população é um avanço na psicologia clínica. Tradicionalmente, essa área da Psicologia focou em grupos sociais que possuíam diversos privilégios em relação às suas raças, classes sociais e sexualidades, levando a exclusão dos cuidados em saúde mental de vários grupos socialmente minorizados (Sue *et al.*, 2022).

Esses sentidos se estruturam a partir do contexto social em que, cada vez mais, a psicologia clínica é desafiada a compreender os padrões culturais de racismo e homofobia e seus desdobramentos na saúde mental de pessoas negras e homossexuais (McConnell *et al.*, 2018). A teoria do estresse de minorias, por exemplo, sustenta que indivíduos com identidades marginalizadas enfrentam estressores distintos e persistentes devido a amplitude da estigmatização que, apesar das diferenças de expressão, ainda se mostra em vários segmentos sociais (Meyer, 2003).

Há evidências de que homens negros gays, nos Estados Unidos, por exemplo, enfrentam mais estigma social do que homens brancos, também homossexuais (McConnell *et al.*, 2018).

Este cenário de violências incide negativamente na saúde dessa população, contribuindo para que apresentem maiores riscos de prejuízos mentais (Cyrus, 2017).

Logo, a percepção que as(os) participantes deste estudo possuem sobre o adensamento do sofrimento mental de homens negros gays, derivado da conjunção do racismo e homofobia, indica clareza sobre a perversidade dessas estruturas de opressão na vida destes homens. Tal compreensão pode a geral impactos no modo como as(os) psicoterapeutas conduzem as intervenções, nesse sentido, definiu-se esta habilidade das(os) psicólogas(os) como o fator crítico: *Consciência Interseccional da Opressão (CIO)*.

A Consciência Interseccional da Opressão refere-se à compreensão sofisticada e profunda, por parte das(os) psicoterapeutas, acerca das interseções entre o racismo e a homofobia e seus impactos sobre a saúde mental de homens negros gays. Este conceito reconhece que a experiência de opressão vivenciada por esta população não se limita à mera soma de discriminações raciais e sexuais, mas envolve uma forma única e intrincada de marginalização. Ao mesmo tempo em que enfrentam o racismo estrutural, estes indivíduos também sofrem com a heteronormatividade e a homofobia, resultando em uma experiência de violência e vulnerabilidade amplificada.

A CIO, enquanto um fator crítico psicoterapêutico, enfatiza que a compreensão dessa interseccionalidade é crucial para o atendimento psicológico eficaz e humanizado a homens negros gays. Ela implica que as(os) psicoterapeutas desenvolvam um entendimento aprofundado sobre como essas formas de opressão se entrelaçam, se reforçam mutuamente e impactam profundamente a saúde mental, o bem-estar e a trajetória de vida desta clientela.

Preferência a modelos teóricos tradicionais e déficits na formação profissional em abordagens interseccionais

As(os) psicoterapeutas participantes da pesquisa reconhecem os danos à saúde mental de homens negros gays decorrentes da interseccionalidade entre racismo e homofobia, mas acreditam que os modelos teóricos tradicionais são suficientes para entender a raça e a sexualidade de seus clientes. Essa visão persiste, mesmo com a falta de clareza sobre como intervir adequadamente em situações que envolvem identidades minorizadas entrelaçadas.

“Eu venho atendendo dentro da terapia cognitivo comportamental de Beck, núcleo rígido do da minha abordagem, né? Eu procuro sempre me basear, principalmente nos aspectos teóricos. Sem sair muito fora desse núcleo rígido” (Participante, 37 anos).

“Para o meu trabalho em é a psicanálise. As vezes sinto falta de algo (outro tipo de intervenção), mas ainda prefiro usar a que domino (psicanálise)” (Participante, 31 anos).

Esta crença parece se sustentar em algumas estruturas: pouca produção de materiais técnicos que abordem essas temáticas (Brinkman; Donohue, 2020); o que, por sua vez, é o resultado direto dos escassos estudos sobre a conjunção de identidades minorizadas (Ferguson; Miville, 2017); e, ainda, a deficitária abordagem na formação acadêmica (Nadal *et al.* 2011).

“Na graduação tinha mais (estudos) sobre sexualidade, uma coisa ou outra de raça... não lembro de nada que fosse interseccional” (Participante, 42 anos).

Missiatto e Monteiro (2022), em uma revisão sistemática, não encontraram produções acadêmicas sobre a psicoterapia, com abordagem interseccional, com pessoas negras LGBTQIAPN+. Os pesquisadores concluíram que essa ausência reflete tanto a novidade dos estudos interseccionais quanto a perpetuação das invisibilidades sociais enfrentadas por esses grupos na psicologia clínica. Com poucas informações sobre interseccionalidades e seus impactos, os psicoterapeutas têm dificuldade em atuar, resultando na adoção de práticas tradicionais, mesmo reconhecendo sua insuficiência para as especificidades de seus clientes (Moradi *et al.*, 2016).

Uma análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos 12 cursos de Psicologia em Rondônia verificou se a formação abordava questões étnico-raciais, ambientais, de povos indígenas e de gênero, além de avaliar habilidades para atuação na região amazônica. Os resultados mostraram que seis cursos não atendiam a nenhum critério, enquanto apenas um contemplava as temáticas étnico-racial e de gênero/sexualidade, mas sem uma perspectiva interseccional (Denes *et al.*, 2021). Esses achados indicam que a formação em Psicologia em Rondônia não proporciona conhecimentos adequados para lidar com a intersecção de raça e sexualidade em clientes minorizados. Carvalho e Missiatto (2021) apontam que essas lacunas evidenciam a desconexão da Psicologia com as realidades enfrentadas por grupos oprimidos, pois, quando abordadas, essas questões geralmente são tratadas de forma fragmentada, desconsiderando a complexidade dos impactos psicológicos da opressão racial e sexual.

A falta de formação em metodologias interseccionais e a escassez de estudos científicos podem levar psicólogas(os) a elaborar análises e intervenções inadequadas para clientes de múltiplas minorias (Anders *et al.*, 2021). Meyer (2010) alerta que, sem essa perspectiva, as(os) profissionais podem falhar em oferecer o suporte adequado para os desafios complexos desses contextos. Além disso, a formação precária em interseccionalidades pode resultar em erros clínicos, ignorando como identidades marginalizadas respondem às violências estruturais que enfrentam (Kivlighan *et al.*, 2019).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) demonstra preocupação com serviços psicoterapêuticos interseccionais para pessoas negras LGBTQIA+ em dois documentos importantes. O primeiro, intitulado “Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os” (CFP, 2017), enfatiza a necessidade de compreender as interseccionalidades na vida das pessoas negras, destacando que as diferentes identidades operam de forma entrelaçada e devem ser analisadas em conjunto, sem hierarquização ou desconsideração das questões de gênero.

O segundo documento do CFP, “Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+” (CFP, 2023), reitera a importância da interseccionalidade no atendimento a pessoas negras com sexualidades e gêneros minorizados. Nele, afirma-se que os profissionais devem refletir sobre os privilégios de determinados grupos sociais e considerar a interseção de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe e território, elementos que aumentam a vulnerabilidade do sujeito e dificultam seu acesso a serviços livres de discriminação. Nesse contexto, a prática psicoterapêutica que ignora a perspectiva interseccional não só favorece intervenções inadequadas, mas também contraria as normas que regem a atuação dos psicólogos no Brasil.

Assim, foi definido o fator crítico *Desafios da Prática Interseccional* (DPI), que se refere às dificuldades enfrentadas por psicoterapeutas ao implementar intervenções interseccionais no atendimento a homens negros gays. Os DPI se manifestam de várias formas, como: 1) lacunas na formação acadêmica, onde muitos cursos de Psicologia não oferecem treinamento adequado em teorias interseccionais; 2) escassez de materiais e protocolos clínicos que abordem as intersecções identitárias; e 3) dificuldade na aplicação prática, pois os psicoterapeutas podem encontrar desafios ao traduzir conhecimento teórico em intervenções clínicas efetivas. Esse fator crítico não recai apenas sobre os profissionais, mas também sobre as instituições de ensino,

sinalizando a necessidade de uma formação mais sensível à realidade de pessoas com identidades socialmente marginalizadas.

Percepções de psicoterapeutas sobre consciência identitária de raça e sexualidade em clientes negros gays

Este estudo revelou que psicoterapeutas veem a formação da consciência racial e sexual de seus clientes como fenômenos interligados, o que pode indicar despreparo dessas(es) profissionais para entender como a violência afeta as identidades de homens negros gays. Essa limitação pode levar a intervenções psicoterapêuticas inadequadas, reduzindo a eficácia do tratamento (Kivlighan *et al.*, 2019).

“Isso bem junto, né (consciência de identidade racial e sexual? Na trajetória já se colocando assim, eu sou isso, assim muito definido” (Participante, 42 anos).

“Traziam em sua narrativa (ser homem negro gay), demonstrando a consciência da homoafetividade e da raça ser concomitante” (Participante, 37 anos).

A percepção das(os) participantes sobre a consciência identitária de homens negros gays sugere uma possível desconsideração do fenômeno da saliência de identidade, que se refere à probabilidade de uma identidade se destacar em determinadas situações sociais, influenciada pela estrutura social e pela relevância pessoal (Stryker, 2000).

Desenvolvida pela psicologia social e sociologia entre as décadas de 1970 e 1980, a noção de saliência de identidade ainda é utilizada para entender comportamentos de pessoas marginalizadas (Yakushko *et al.*, 2009). Na psicoterapia, essa saliência pode afetar como os clientes abordam seus problemas e influenciar as dinâmicas da relação terapêutica, além de moldar a interpretação e as respostas das(os) psicoterapeutas (Anders *et al.*, 2021).

Estudos mostram que as pessoas desenvolvem sua consciência e expressam suas identidades com base em como percebem as experiências de discriminação (Bowleg, 2013). Em ambientes de homofobia intensa, a identidade sexual pode se tornar mais proeminente que a racial devido à percepção de ameaça (Han *et al.*, 2023). Essa percepção de risco pode causar estresse e ansiedade, gerando problemas de saúde mental em pessoas multidentitárias (De Alwis; Hernwall, 2021). Embora as identidades dos clientes variem em saliência, psicoterapeutas frequentemente fazem suposições sobre quais identidades devem ser enfatizadas ou minimizadas no atendimento (Anders *et al.*, 2021). Essas suposições, baseadas em modelos que

priorizam certas identidades, podem levar os psicólogos a não explorar as concepções dos clientes sobre quais identidades são realmente salientes para eles (Patallo, 2019).

Sue *et al.* (2012) afirmam que a saliência da identidade é uma variável crucial na distinção dos atendimentos psicológicos prestados a indivíduos que vivenciam identidades oprimidas, requerendo dos profissionais uma abordagem sensível e abrangente, por meio de intervenções múltiplas. Contudo, como já mencionado, essa consideração não é feita pelas(os) psicólogas(os) participantes deste estudo. Isso reforça a ideia de que, apesar de seus esforços para entender o impacto do racismo e da homofobia na saúde mental de homens negros gays, essas(es) profissionais ainda não conseguem oferecer um atendimento psicológico que atenda plenamente às complexidades enfrentadas por esses clientes.

Uma afirmação deste nível é possível em razão do fato de que, embora os estudos sobre a saliência identitária estejam presentes na psicologia clínica há cerca de três décadas (Yakushko *et al.*, 2009), as(os) psicólogas(os) participantes desta pesquisa elaboram concepções sobre as identidades racial e sexual de seus clientes que se distanciam significativamente das evidências científicas disponíveis na área. Isso sugere que o atendimento prestado a essa clientela não está alinhado com as orientações baseadas em pesquisas, comprometendo a eficácia do suporte psicológico oferecido.

Portanto, este resultado pode ser descrito como o fator crítico: *Perspectiva Interseccional Dinâmica* (PID). A Perspectiva Interseccional Dinâmica se refere à competência das(os) psicoterapeutas em compreender e lidar com as identidades interseccionais complexas e fluidas de homens negros gays no ambiente clínico. Este conceito considera que suas identidades raciais e sexuais não são fixas, mas interagem de maneiras variadas, influenciadas por contextos sociais, culturais e individuais de violência, discriminação e afirmação.

A PID sinaliza a importância de psicólogas(os) desenvolverem uma compreensão dinâmica de como essas identidades se entrelaçam e se manifestam de forma única em cada cliente. Este fator crítico envolve uma abordagem psicoterapêutica sensível a mudanças contextuais, adaptável a diferentes expressões identitárias, e capaz de reconhecer como fatores externos de opressão ou afirmação moldam as experiências vividas pelo cliente.

Percepção de que as identidades das(os) psicoterapeutas não influenciam a terapia de clientes com identidades diferentes

Na prática psicoterapêutica, as(os) psicólogas(os) participantes da pesquisa acreditam que suas identidades raciais e sexuais não impactam significativamente o atendimento oferecido. Essa percepção é estruturada pela escassez de estudos sobre identidades interseccionais e pela abordagem insatisfatória desses temas na formação acadêmica. Esses aspectos já foram discutidos anteriormente.

“O paciente está buscando um terapeuta que consiga acolher, entender e trazer a alguma mudança, algum desenvolvimento, algum crescimento. Não por alguém parecido com ele”
(Participante, 37 anos).

“Creio que o que importa mesmo é o tipo de atendimento e não a identidade do psicólogo”
(Participante, 31 anos).

Sobre a crença das(os) psicólogas(os) de que suas identidades não afetam os clientes de raça e sexualidade diferentes às suas, estudos com pessoas pertencentes a grupos sociais minorizados têm evidenciado o contrário. Por exemplo, A Chang e Yoon (2011) com 23 clientes de identidades étnicas marginalizadas mostrou que a maioria acreditava que psicoterapeutas com identidades diferentes não poderiam compreender os aspectos centrais de suas experiências, resultando na evitação de discussões sobre questões raciais e culturais nas sessões. O estudo também indicou que, quando a(o) psicoterapeuta demonstrava empatia e receptividade, as diferenças raciais eram minimizadas, facilitando a abordagem de questões raciais, étnicas e culturais pelo cliente.

Pesquisadores em psicologia clínica, como PettyJohn *et al.* (2020), afirmam que as identidades hegemônizadas das(os) psicoterapeutas podem gerar sentimentos adversos nos clientes. Quando essas identidades não são contextualizadas, as estruturas sociais de marginalização podem ser reafirmadas na psicoterapia, levando à minimização ou relativização das demandas raciais e sexuais de populações historicamente oprimidas (Ferguson; Miville, 2017).

No campo racial, os estudos sobre branquitude de Lia Vainer Schucman (2022), destacam a importância da consciência crítica das(os) psicoterapeutas sobre suas identidades e privilégios. Segundo Schucman (2022), a branquitude é um sistema de poder que manifesta racismo contra negros e indígenas no Brasil, resultando em desigualdades de direitos.

Profissionais de saúde mental que não reconhecem os efeitos do racismo na branquitude podem comprometer sua eficácia e perpetuar violências (Schucman, 2022).

Além disso, erros relacionados a padrões internalizados de discriminação racial podem não ser vistos como infrações éticas, dada a naturalidade do racismo no Brasil (Schucman, 2022). Assim, psicoterapeutas que atendem a homens negros gays enfrentam o desafio de considerar as dinâmicas interseccionais do racismo e homofobia na subjetividade dos clientes e de contextualizar suas próprias identidades, especialmente se brancas e heterossexuais, como privilégios (PettyJohn *et al.*, 2020).

Pode-se inferir que a percepção das(os) psicólogas(os) sobre a importância das identidades no atendimento a homens negros gays está vinculada à dificuldade em reconhecer suas próprias posições sociais, especialmente em relação à raça e sexualidade. Essa falta de consciência crítica compromete a eficácia do atendimento e perpetua dinâmicas de opressão que afetam negativamente os clientes com identidades marginalizadas. Portanto, é essencial que a formação e prática em psicologia incluam reflexões sobre as implicações de suas identidades e privilégios, promovendo uma atuação ética e inclusiva que valorize a diversidade (CFP, 2005, 2017, 2023).

Surge, deste modo, o seguinte fator crítico: *Dissonância Identitária psicoterapêutica* (DIP). Esse fator se refere ao fenômeno em que as diferenças nas identidades sociais entre a(o) psicoterapeuta e o cliente, especialmente no caso de homens negros gays, impactam fortemente a dinâmica e a eficácia do processo clínico.

Embora os participantes desta pesquisa acreditem que suas identidades diferentes das dos clientes não impactam o processo psicoterapêutico, estudos indicam o contrário. O fator crítico DIP aponta para uma área sensível no atendimento a homens negros gays por psicólogas(os) com identidades significativamente diferentes em raça, gênero e orientação sexual, pois isso pode criar barreiras para a compreensão empática e a construção de uma relação terapêutica eficaz.

Portanto, a DIT destaca a importância de psicoterapeutas, cujas identidades divergem das de seus clientes, desenvolverem uma consciência aprofundada e uma abordagem interseccional sensível, reconhecendo e abordando os possíveis efeitos dessas diferenças identitárias dentro do contexto psicoterapêutico.

Considerações finais

Este estudo investigou, a partir das percepções de psicoterapeutas, quais os fatores críticos para o atendimento de homens negros gays. Foram identificados os seguintes fatores críticos:

1. *Consciência Interseccional da Opressão (CIO)*: Este fator enfatiza a necessidade de psicoterapeutas compreenderem como as interseções entre racismo e homofobia impactam a saúde mental de homens negros gays, pois a opressão é uma forma única de marginalização.
2. *Desafios da Prática Interseccional (DPI)*: Refere-se às dificuldades que psicoterapeutas enfrentam ao implementar intervenções interseccionais eficazes, exacerbadas por lacunas na formação acadêmica e a falta de materiais clínicos. Abordar esses desafios é crucial para promover a saúde mental equitativamente em populações marginalizadas.
3. *Perspectiva Interseccional Dinâmica (PID)*: Trata da capacidade de psicoterapeutas de reconhecer e adaptar-se às identidades fluidas dos clientes, considerando como contextos sociais e culturais, em suas interseccionalidades, moldam suas experiências, sendo vital para um apoio psicológico relevante.
4. *Dissonância Identitária Psicoterapêutica (DIP)*: Envolve o impacto das diferenças identitárias entre psicoterapeuta e cliente, que podem criar barreiras na relação psicoterapêutica. Reconhecer essas diferenças é essencial para melhorar a empatia e a eficácia do processo clínico.

Estes fatores críticos, quando de conhecimento de psicoterapeutas que atendem ou, até mesmo, atenderão homens negros gays, podem sinalizar áreas sensíveis da psicoterapia com esta clientela, despertando a atenção e cuidado das(os) profissionais. Deste modo, poderão evitar equívocos nas intervenções e potencializar a efetividade da psicoterapia. A descoberta destes fatores críticos pode ainda contribuir com as instituições que executam a formação de psicólogos e psicólogas, apresentando com clareza aspectos imprescindíveis que devem ser inseridos em suas grades para uma adequada abordagem interseccional.

Por fim, é urgente investir em pesquisas e na produção de materiais técnicos que orientem a atuação de psicoterapeutas no atendimento a pessoas com múltiplas identidades minorizadas. Sugere-se que estudos futuros verifiquem se esses fatores críticos se aplicam a outras configurações interseccionais e, porventura, a identificação de outros fatores associados,

uma vez que as interseccionalidades tendem a gerar especificidades que devem ser consideradas no atendimento psicoterapêutico.

Referências

ADDISON, S. M.; COOLHART, D. Expanding the therapy paradigm with queer couples: a relational intersectional lens. **Family Process**, v. 54, n. 3, p. 435–453, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26356768/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDERS, C. *et al.* Attending to the intersectionality and saliency of clients' identities: a further investigation of therapists' multicultural orientation. **Journal of Counseling Psychology**, v. 68, n. 2, p. 139–148, 2021.

BOWLEG, L. “Once you've blended the cake, you can't take the parts back to the main ingredients”: Black gay men's descriptions and experiences of intersectionality. **Sex Roles**, v. 68, n. 11-12, p. 754-767, 2013.

BRINKMAN, B. G.; DONOHUE, P. Doing intersectionality in social justice oriented clinical training. **Training and Education in Professional Psychology**, v. 14, n. 2, p. 109–115, 2020.

CARVALHO, F. R.; MISSIATTO, L. A. F. Raça e classe social na clínica psicológica: concepção de estagiários do interior da Amazônia Legal. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, p. 1-19, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicologues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_web.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

CHANG, D. F.; YOON, P. Ethnic minority clients' perceptions of the significance of race in cross-racial therapy relationships. **Psychotherapy Research**, v. 21, n. 5, p. 567-582, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Polity, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSTANTINE, M. G. Racial microaggressions against African American clients in cross-racial counseling relationships. **Journal of Counseling Psychology**, v. 54, n. 1, p. 1-16, 2007.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167.

CYRUS, K. Multiple minorities as multiply marginalized: Applying the minority stress theory to LGBTQ people of color. **Journal of Gay & Lesbian Mental Health**, v. 21, n. 3, p. 194-202, 2017.

DE ALWIS, S.; HERNWALL, P. A review of methodological choices relating to work-life boundary research. **Managing Global Transitions**, v. 19, n. 1, p. 73-101, 2021.

DENES, D. M. *et al.* A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia. In: FERNANDES, E. G.; LOPES, F. R.; SILVA, L. G. (Orgs.). **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**. Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR - EDUFRO, 2021. p. 53-71.

FERGUSON, A. D.; MIVILLE, M. L. It's complicated: Navigating multiple identities in small town America. **Journal of Clinical Psychology**, v. 73, n. 8, p. 975-984, 2017.

GIORGI, A. **The descriptive phenomenological method in psychology: A modified Husserlian approach**. Duquesne University Press, 2009.

GOMES, R. C. **Subúrbios existenciais: percepções de saúde mental de homens negros gays**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, Brasil, 2022.

HANKIVSKY, O. Rethinking care ethics: On the promise and potential of an intersectional analysis. **American Political Science Review**, v. 108, n. 2, p. 252-264, 2014..

HAN, W.; TANG, Y.; WANG, J. The effect of identity salience on residents' engagement with place branding during and post COVID-19 pandemic. **Sustainability**, v. 15, p. 357, 2023.

INGRAM, K. M.; CHAUDOIR, S. R.; O'BRIEN, K. H. Examining the health and well-being of young Black men who have sex with men in the context of intersecting identities. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 89, n. 6, p. 725-734, 2019..

IVEY, A. E.; IVEY, M. B.; ZALAQUETT, C. P. **Intentional interviewing and counseling**. 8. ed. Belmont, CA: Brooks/Cole, 2014.

KIVLIGHAN, D. M. *et al.* Examining therapist effects in relation to clients' race-ethnicity and gender: an intersectionality approach. **Journal of Counseling Psychology**, v. 6, n. 1, p. 122-129, 2019.

KUPER, L. E.; COLEMAN, B. R.; MUSTANSKI, B. S. Coping with LGBT and racial-ethnic-related stressors: A mixed-methods study of LGBT youth of color. **Journal of Research on Adolescence**, v. 24, n. 4, p. 703-719, 2014.

MCCONNELL, E. A. *et al.* Multiple minority stress and LGBT community resilience among sexual minority men. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2018.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.

MEYER, I. H. Identity, stress, and resilience in lesbians, gay men, and bisexuals of color: Intersections of race and sexual orientation. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 80, n. 4, p. 519-529, 2010.

MISSIATTO, L. A. F.; MONTEIRO, J. K. Revisão integrativa: interseccionalidade negra e LGBTQIA+ na Psicologia Clínica. **Diaphora**, v. 11, n. 1, p. 23-29, 2022.

- MORADI, B. et al. A content analysis of literature on trans people and issues: 2002–2012. **The Counseling Psychologist**, v. 44, p. 1–36, 2016.
- NADAL, K. L. et al. Subtle and overt forms of Islamophobia: Microaggressions toward Muslim Americans. **Journal of Muslim Mental Health**, v. 6, n. 2, p. 15–37, 2011.
- NORCROSS, J. C. & LAMBERT, M. J. (2018). Psychotherapy relationships that work III. **Psychotherapy**, 2018, 55(4), 303–315. <http://dx.doi.org/10.1037/pst0000193>.
- PACHANKIS, J. E. et al. Sexual orientation concealment and mental health: A conceptual and empirical review. **Psychological Bulletin**, v. 146, n. 10, p. 831–871, 2020.
- PATALLO, B. J. The multicultural guidelines in practice: Cultural humility in clinical training and supervision. **Training and Education in Professional Psychology**, v. 13, n. 3, p. 227–232, 2019.
- PETTYJOHN, M. E.; TSENG, C.; BLOW, A. J. Therapeutic utility of discussing therapist/client intersectionality in treatment: When and how? **Family Process**, v. 59, n. 2, p. 313–327, 2020.
- SMITH, L.; REDINGTON, R. M. Class dismissed: Making the case for the study of classist microaggressions. In: SUE, D. W. (Org.). **Microaggressions and marginality: Manifestation, dynamics, and impact**. Hoboken, NJ: Wiley, 2010. p. 269–285.
- STRYKER, S. Identity competition: Key to differential social movement participation. In: STRYKER, S.; OWENS, T.; WHITE, R. (Orgs.). **Self, identity, and social movements**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000. p. 21–40.
- SUE, D. W. et al. **Counseling the culturally diverse: Theory and practice**. 9. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2022.
- SUE, S. et al. Racial microaggressions in everyday life: Implications for clinical practice. **American Psychologist**, v. 67, n. 7, p. 532–544, 2012.
- SCHUCMAN, L. V. Branquitude: entrevista com Lia Vainer Schucman. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Orgs.). **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1**. CFP, 2022. p. 32–48.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.
- YAKUSHKO, O.; DAVIDSON, M. M.; WILLIAMS, E. N. Identity salience model: A paradigm for integrating multiple identities in clinical practice. **Psychotherapy**, v. 46, p. 180–192, 2009.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; MONTEIRO, Janine Kieling. Interseccionalidade na Psicoterapia: Fatores Críticos e Desafios no Atendimento a Homens Negros Gays. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2024, vol.18, n.74, p.1–18, ISSN: 1981–1179.

Recebido: 02/12/2024; Aceito 13/12/2024; Publicado em: 30/12/2024.